

53% dos constituintes ficam com cinco anos para Sarney

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são majoritariamente cincoanistas; no Sul e Sudeste os quatro anos vencem

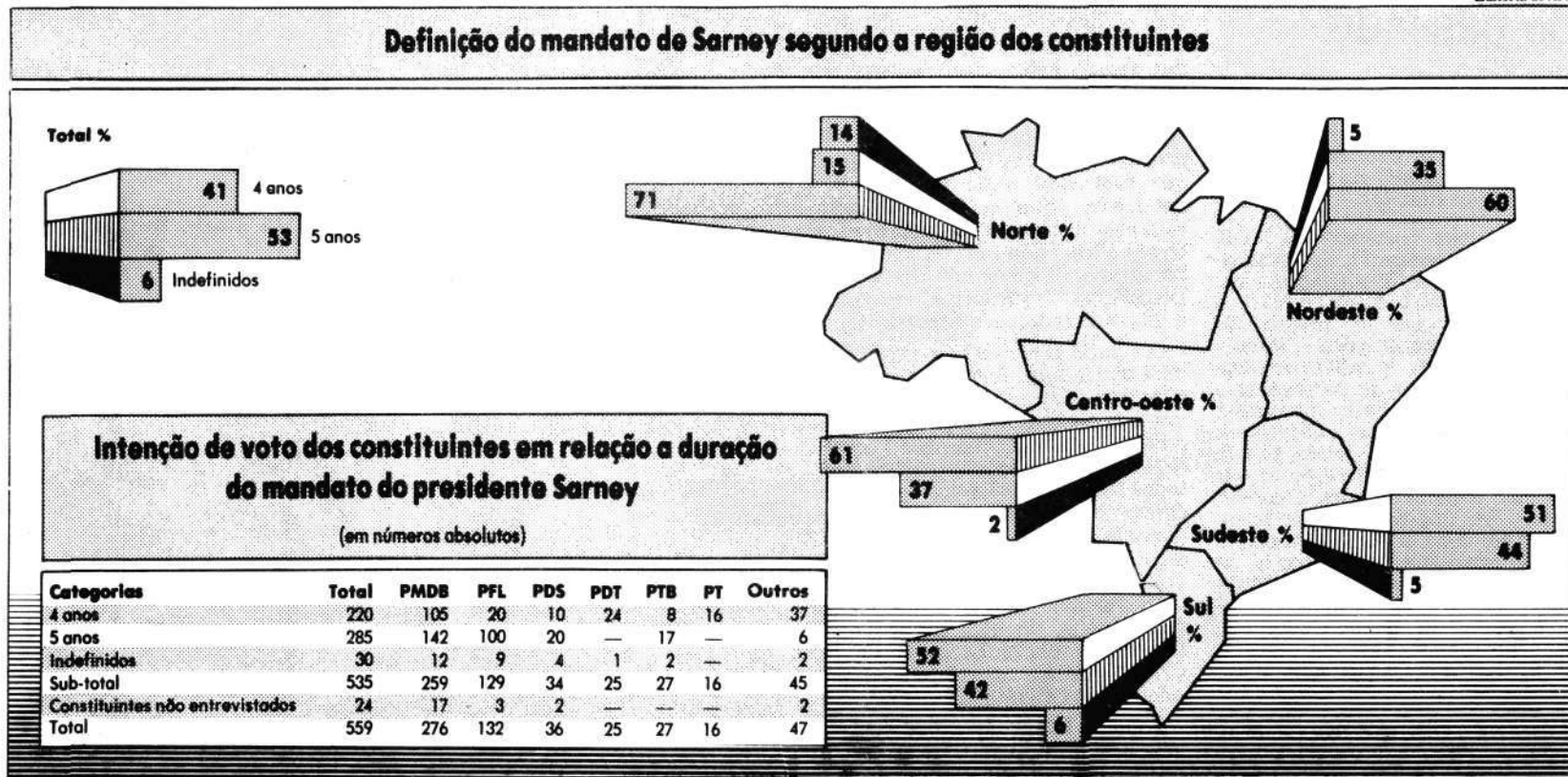
CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

Os constituintes favoráveis a cinco anos de mandato (53%) para o presidente José Sarney já são mais do que a maioria absoluta requerida para a aprovação dessa extensão de mandato, conforme pesquisa feita pelo DataFolha junto a 535 dos 559 constituintes: 285 deles (cinco a mais do que a maioria absoluta) votarão pelos cinco anos, maioria que decorre claramente dos votos de parlamentares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De fato, no Sudeste e no Sul, os quatro anos predominam, embora com ligeira vantagem: 51% a 44% no Sudeste e 52% a 44% no Sul. Já nas três outras regiões, a diferença em favor dos cinco anos é esmagadora e explica porque, com base nessa pesquisa, já se pode considerar vitoriosa a tese dos cinco anos. Na região Norte, 71% dos consultados votam cinco anos, contra apenas 15% pelos quatro anos; no Nordeste, a diferença cai para 60% cincoanistas contra 35% quatroanistas e mantém-se semelhante no Centro-Oeste (61% a 37% para os cinco anos).

Em relação à pesquisa anterior sobre a duração do mandato, feita pelo DataFolha entre 7 e 15 de março, houve uma clara migração em direção aos cinco anos: 17 constituintes quatroanistas e 35 indefinidos passaram-se para os cinco anos, enquanto apenas 7 cincoanistas e 14 indefinidos foram para os quatro anos.

Se os constituintes votarem exatamente de acordo com a preferência expressa na pesquisa, a vitória dos cinco anos para o presidente José Sarney tende a ser equivalente à que obteve a tese do mandato de cinco anos para os futuros presidentes, na votação do dia 22 de março (304 a 223): além dos 285 que já se confessam cincoanistas, uma parcela substancial dos 30 indefinidos deve votar cinco anos, bem como a maior parte dos constituintes que o DataFolha não conseguiu entrevistar.



Migração da posição dos constituintes em relação ao mandato de Sarney*

(em números absolutos)

	4 anos	3 anos	Indefinidos
Mantiveram a posição	190	208	8
Eram por 4 anos	7	17	10
Estavam indefinidos	14	35	6
Sem registro anterior	9	25	6
Total	220	285	30

Em relação a pesquisa do DataFolha realizada entre 7 e 15 de março de 88.
Fonte: DataFolha

Ocorre que os quatroanistas são claramente definidos e não escondem o voto, porque sabem que a opinião pública também é quatroanista. Já os cincoanistas, pelo mesmo motivo, preferem ocultar a sua

preferência. Quanto aos que não foram ouvidos, trata-se, com isoladas exceções, de constituintes pouco assíduos e que votam com o governo, quando aparecem no plenário, o que ficou claramente demonstrado

nas votações sobre sistema de governo e mandato dos futuros presidentes, em março.

Outro dado fundamental da pesquisa é a votação da bancada

peemedebista: a maioria (142) vota pelos cinco anos, contra apenas 105 pelos quatro, mais 12 indefinidos e 17 não ouvidos. Mesmo na mais do que improvável hipótese de que todos os indefinidos e todos os não ouvidos

inclinem-se pelos quatro anos, ainda assim os cinco anos ganham no PMDB (nesse caso, por 142 a 134).

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), já decidiu que deixa a liderança imediatamente, caso perca a votação na bancada (ele é quatroanista).

Quando se vota

O mandato do presidente José Sarney aparece no artigo 4 das Disposições Transitórias, última parte da Constituição a ser votada.

Na próxima terça-feira, o Congresso constituinte deve votar o título referente aos índios, o último do capítulo da Ordem Social, que antecede as Disposições Transitórias. Se isso de fato ocorrer, as Disposições Transitórias começam a ser votadas na quarta-feira.

Inicialmente, será votado o substitutivo do Centrão, agrupamento suprapartidário conservador da Constituinte, para todo o capítulo transitório. Se esse texto for aprovado, começa-se então a votar item por item as Disposições Transitórias e o mandato será mesmo decidido na quarta-feira, por ser o 4º artigo precedido por pontos não polêmicos.

Se o substitutivo do Centrão não obtiver 280 votos (maioria absoluta), volta à votação no dia seguinte. Se, ainda assim, não conseguir os 280 votos, passa-se à votação do texto da Comissão de Sistematização.

Aprovado este, repete-se o mecanismo da votação ponto por ponto, o que permitiria votar o mandato na quinta-feira. Se o texto da Sistematização, o que é mais do que provável, não atingir a maioria absoluta, o relator Bernardo Cabral terá 48 horas para apresentar um novo texto, o que significa que a votação do mandato ficará para a semana seguinte.

Essa hipótese passou a ser a preferida do Palácio do Planalto, na medida em que o presidente Sarney viaja no domingo, 5, para os Estados Unidos e só volta na quarta-feira, 8. O governo não quer que a votação do mandato ocorra na ausência do presidente.

Newton vai a Brasília pressionar quatroanistas

Das Sucursais e dos correspondentes

Sete governadores disseram que irão a Brasília pressionar pela aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, que será votado pelo Congresso constituinte no Ato das Disposições Transitórias, possivelmente na próxima semana. O governador mineiro Newton Cardoso (PMDB) disse que irá para tentar mudar o voto de alguns quatroanistas e está "certíssimo" da vitória dos cinco anos. Epitácio Cafeteira (PMDB), governador do Maranhão, já está na capital tentando obter o maior número possível de votos para os cinco anos. Além deles, farão parte do lobby os governadores do Mato Grosso do Sul, Sergipe, Paraíba, Piauí, e Rondônia.

Para o governador do Paraná, Alvaro Dias (PMDB), que estará em Brasília na segunda-feira para resolver problemas administrativos, mas disse que não acompanhará a votação do mandato, os cinco anos estão garantidos e não é preciso pedir votos à bancada. Na esteira deste mesmo raciocínio, os demais governadores, em sua grande maioria cincoanistas, não pretendem se deslocar para a capital no dia da votação do mandato.

O governador de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB), declarou que não irá a Brasília acompanhar a votação do mandato e que não vai pressionar a bancada peemedebista para votar pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

O governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, também não estará em Brasília por ocasião da votação do mandato. Moreira não assumiu posição pelos quatro ou cinco anos de mandato.

O governador Pedro Simon (PMDB), do Rio Grande do Sul, tem



O governador de Minas, Newton Cardoso, em seu gabinete, em Belo Horizonte

certeza de que será aprovado o mandato de cinco anos mas não decidiu ainda se irá a Brasília acompanhar a votação.

O governador Waldir Pires (PMDB), da Bahia, não acredita que a votação do mandato do presidente Sarney aconteça esta semana. Ele acredita que os quatro anos serão aprovados mas não arrisca nenhum prognóstico sobre o resultado final. Waldir encontra-se no Rio de Janeiro, e retorna para Salvador amanhã.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), não irá a Brasília acompanhar a votação do mandato do presidente. Ele admitiu, segundo assessores do Palácio, que é praticamente irreversível a aprovação dos cinco anos para Sarney. Apesar disso, Arraes enviou o vice-governador Wilson Campos a Brasília na semana passada, para conversar com os indecisos.

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos (PMDB) é cinco-

anista mas disse que sua bancada tem pleno direito de votar como quiser e que ele não irá a Brasília.

O governador Max Mauro (PMDB), do Espírito Santo, não irá a Brasília para acompanhar a votação do mandato e disse que não fará força para influir nos constituintes capixabas. Tem defendido publicamente o mandato de cinco anos.

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes (que deixou o PMDB e ingressou no PDC) disse que só irá a Brasília acompanhar a votação do mandato em caso de necessidade. Defensor dos cinco anos, Amazonino não espera surpresas da bancada amazonense: "Serão nove votos a favor dos cinco anos e dois contra."

O governador de Goiás, Henrique Santillo (PMDB), informou que não irá a Brasília assistir a votação do mandato presidencial e que não pedirá votos para os cinco anos aos constituintes indecisos mas acha conveniente que as eleições presidenciais fiquem para o próximo ano.

O governador do Pará, Hélio Gueiros (PMDB), afirmou que não irá a Brasília para assistir a votação do mandato do presidente Sarney: "Não há necessidade da presença física, porque fica parecendo que a gente está desconfiando do voto dos correligionários." O governador defende o mandato de cinco anos.

O governador Tasso Jereissati (PMDB), do Ceará, está na Europa (vai ficar 20 dias fora) e somente estrá de volta após o término da votação. O governador defende os cinco anos de mandato mas não está fazendo pressão sobre a bancada, que votará majoritariamente pelos cinco anos.

Haverá ainda um oitavo governador em Brasília no dia da votação do mandato de Sarney, o governador de Alagoas, Fernão Collor de Mello, para defender os quatro anos.



Miro Teixeira, Fernando Lyra, Cibília Viana e Brizola na Convenção do PDT

Brizola não descartou nome de Waldir Pires para vice

Da Sucursal do Rio

Apesar de sua declaração de que o deputado federal Fernando Lyra (sem partido-PE) tem "todas as credenciais" para ser candidato a vice-presidente da República pelo PDT, o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, ainda não descartou a possibilidade de ter o governador da Bahia, Waldir Pires, como seu companheiro de chapa. A esperança de Brizola, segundo a Folha apurou, é a de que Pires possa deixar o PMDB caso o presidente deste partido e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, fique fora da disputa presidencial devido ao eventual avanço da candidatura do governador Orestes Quércia (SP).

Fernando Lyra, porém, assumiu, na reunião do diretório nacional do PDT, encerrada na madrugada de ontem, no Rio, a função de principal articulador da campanha de Brizola à Presidência, que foi deflagrada

durante o encontro. Até mesmo o líder do PDT no Congresso constituinte, deputado Brandão Monteiro (RJ), presidente do Movimento Nacional Leonel Brizola, ficará subordinado a Lyra.

O ex-ministro da Justiça, inicialmente, tentará fazer com que se integrem à campanha de Brizola uma série de dissidentes do PMDB que ameaçam ir para o PSB ou formar um novo partido. Segundo a estratégia definida na reunião, esta integração à campanha de Brizola não deverá ser necessariamente acompanhada de filiações ao PDT. O primeiro resultado da atuação de Lyra foi o adiamento da filiação ao PSB da deputada federal Cristina Tavares (PE) que, na semana passada, em Brasília, se comprometeu com Brizola a realizar um grupo de estudos de ciência, tecnologia e informática para oferecer subsídios a sua campanha.